

## AJUSTE

# Congresso critica idéia de controle sobre Estados

*Necessidade de mudar lei é consenso, mas interferência nas finanças municipais e estaduais terá duro obstáculo*

DOCA DE OLIVEIRA

**B**RASÍLIA — Antes mesmo de ser formalizada, a nova Lei de Finanças Públicas em estudo pela equipe econômica já desperta um misto de cautela e resistência nos líderes do Congresso. A mudança na lei vem sendo qualificada pela equipe econômica como o "coração" do ajuste fiscal. É consenso entre os políticos a necessidade de rever o modelo da lei que normatiza a confecção e execução do Orçamento, qualificado por muitos como uma "peça de ficção", mas a criação de instrumentos de interferência direta nas finanças de Estados e municípios não será acatada facilmente. "Isso vai ser estudado por todos nós", afirmou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "Se for útil, aprova-se; se não for, rejeita-se."

O presidente do Congresso foi lacônico ao comentar a proposta de reformular a legislação, mas não escondeu preocupação com a manutenção da autonomia dos Estados e municípios. "O problema financeiro tem de ser estudado com muito cuidado", disse ACM. "A equipe econômica tem um grande valor, mas quem decide é o Congresso." O senador, no entanto, adiantou sua posição contrária à introdução de mecanismos de corte direto, como o gatilho. "Eu não falei em gatilho, nem tampouco me congratulo com o gatilho."

Mesma preocupação une os partidos da oposição. "O PSB não permitirá que se tire dinheiro dos municípios, sob nenhum pretexto", avisou o líder do partido na Câmara, Alexandre Cardoso (RJ). Essa é a posição que ele levará para a reunião de líderes dos partidos convocada pelo presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), para a próxima semana. Cardoso também buscará o apoio dos outros partidos de oposição. "Vou mostrar que qualquer corte nos municípios trará um enorme prejuízo social", adiantou.

Segundo ele, os municípios vi-

vem em uma situação "pré-falimentar" — "50% não pagaram o 13.º salário" — e novos cortes causariam uma crise. "Não se pode tirar dinheiro dos municípios sem antes criar empregos", afirmou o deputado, argumentando que, no interior, os municípios são os maiores empregadores. "Ou se encontra uma maneira de criar empregos, ou terei uma onda de migração e violência sem precedentes."

Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a reformulação da Lei de Finanças Públicas não será suficiente para garantir o sucesso do ajuste fiscal pretendido pelo governo. "O governo quer centralizar ainda mais os recursos e arrochar ainda mais os Estados e municípios", afirmou.

Dutra, contudo, é favorável à discussão de um novo modelo de lei orçamentária — "uma bandeira antiga" —, desde que seja respeitada a autonomia das unidades da Federação. "É preciso deixar claro que a Constituição será o balisador do ajuste fiscal", observou. "Não se pode tomar medi-

doas que firam a autonomia dos Estados e municípios."

"Essa lei não passa", previu o deputado José Genoino (PT-SP). Para ele, a pequena renovação do Congresso e a eleição de novos governadores tornam inviáveis as mudanças em estudo. "Nenhum governador vai bancar uma lei dessas." O deputado Luís Carlos Hauly (PSDB-PR) pensa da mesma forma. "Parece que o governo desconhece a realidade", comentou.

**Má vontade** — Mudança na Lei de Finanças Públicas é uma discussão antiga no Congresso. Começou logo após a Constituinte de 1988 e vem-se arrastando desde então, por meio de diversos projetos. O que mais avançou é um projeto de lei complementar, que tem substitutivo do deputado Augusto Viveiros (PFL-RN) — já passou por uma comissão especial e está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) há cerca de oito meses. "O projeto não andou porque a pauta do Congresso es-

tava lotada e havia desinteresse do governo", lembrou Hauly, que presidiu a comissão especial encarregada do assunto. "Havia muita resistência do Ministério do Planejamento."

"O Executivo não gosta do projeto", afirmou Viveiros. "O presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro José Serra (da Saúde) nunca gostaram." Para ambos, se desta vez houver "vontade política" do governo, a nova lei pode ser aprovada rapidamente. "Quando o governo quer, o Congresso aprova", disse Hauly. "A iniciativa é sempre do Executivo."

**Palavra final** — Segundo Viveiros, o principal aspecto do projeto que está parado no Congresso é a transferência da decisão do corte do Executivo para o Legislativo. "Nosso Orçamento deixa de ser autorizativo pa-

ra ser mandatório", definiu o deputado. Na prática, explicou, significa que os cortes nos gastos passarão a ser discutidos efetivamente com o Legislativo, que terá a palavra final. "Hoje, quando é preciso cortar despesas, o governo manda uma mensagem informando que é preciso cortar e onde vai cortar", disse Viveiros.

Transpondo a proposta para os dias de hoje, equivaleria a dizer que os cortes na verba da saúde e da educação anunciamos pelo governo no mês passado poderiam ser revertidos pelo Legislativo. Além disso, comentou o deputado pefeleista, a nova lei torna obrigatória a execução dos projetos incluídos no Orçamento, cria instrumentos para uma aferição mais efetiva das contas públicas e faz da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) uma prévia do Orçamento final. "Hoje, o Orçamento é mal planejado; ninguém sabe exatamente quanto é gasto", criticou Viveiros. "As metas estabelecidas na LDO e no Plano Pluriannual nunca se encontram com o Orçamento", ressaltou.

"É preciso saber, de verdade, o tamanho dos gastos."

**O POSIÇÃO**  
AVISA QUE NÃO  
ACEITARÁ  
PROPOSTA